

Sefaz moderniza fiscalização com implantação de laboratório forense digital

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) começa 2018 dando um importante passo no combate à sonegação fiscal. A partir de agora, a Secretaria passa a contar com um dos mais modernos laboratórios de perícia forenses digitais do país. A expectativa da Sefaz com a implantação do laboratório é aumentar a eficácia das fiscalizações.

Um laboratório de perícia forense digital é uma estrutura formada por equipamentos, hardwares e softwares capazes de detectar ilícitos tributários eletrônicos, estejam eles nos computadores, nos dispositivos móveis ou mesmo na nuvem, e produzir provas juridicamente válidas.

Segundo o gerente de Fiscalização da Sefaz, Bruno Aguiar Soares, a implantação do laboratório teve início em 2015, após uma proposta elaborada por auditores fiscais. A Sefaz contou com um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de aproximadamente R\$ 1,5 milhão para a aquisição dos equipamentos, montagem da estrutura e treinamento dos auditores fiscais. "O laboratório já está totalmente instalado e entra em funcionamento a partir das próximas operações de fiscalização realizadas in loco", explica.

Entre os equipamentos adquiridos pela Secretaria da Fazenda estão softwares para

copiar HDs inteiros em poucos minutos e de decodificação de senhas. Um destaque do laboratório são os equipamentos específicos para verificação de dispositivos móveis, até então inéditos no Estado. "São todos equipamentos e softwares de última geração, reconhecidos e utilizados pelas forças da lei, como a Polícia Federal", explica o gerente de Fiscalização.

A principal importância de um laboratório forense digital, segundo Bruno Aguiar Soares, é a segurança jurídica que ele traz para as operações. "O laboratório vai trazer mais agilidade e assertividade às fiscalizações que envolvem ilícitos tributários que se utilizam da sofisticação eletrônica. Mas,

principalmente, vai assegurar que os arquivos encontrados não foram violados, certificando a veracidade das provas", ressalta.

Bruno Aguiar destaca, ainda, a importância do laboratório para a modernização da fiscalização tributária no Espírito Santo. "Estávamos acostumados a uma atuação do auditor fiscal diretamente ligada à fiscalização da ordem contábil e fiscal, mais direcionada nos livros contábeis e na escrituração digital certificada. Com o laboratório, estamos especializando a atuação do auditor fiscal neste novo momento que o Fisco vive, instrumentalizando as fiscalizações em ambiente eletrônico", afirma.



A modernização dos procedimentos também é ressaltada pelo secretário de Estado da Fazenda, Bruno Funchal. "Esse é um investimento muito importante para o Estado. A tecnologia de fiscalização precisa acompanhar os desen-

volvimentos tecnológicos recentes, e o laboratório forense faz justamente isso: moderniza a Sefaz para o combate à sonegação. Não tenho dúvidas que trará grande retorno para o Estado e a sociedade", afirma o secretário.

Barrigueira assina repasse de quase R\$730 mil para Casa do Vovô e APAE

O prefeito de Nova Venécia, Lubiana Barrigueira, assinou no último dia 09, termo de colaboração autorizando o município a repassar recursos de quase R\$ 730 mil às entidades Casa do Vovô e APAE. O valor é referente ao exercício de 2018 e será disponibilizado mensalmente, durante o decorrer do ano.

Para a Casa do Vovô "Augustinho Batista Velloso", o município vai repassar R\$ 308.282,40. Já através do Fundo Estadual de Assistência Social, a entidade vai receber mais R\$100 mil, totalizando R\$408.282,40, somente ao abrigo. A Casa do Vovô, fundada em 1981, atende idosos com mais de 60 anos. Atualmente, 25 internos estão no local. Lá eles recebem carinho e atenção da equipe de trabalho.

A previsão de subvenção social para a APAE de Nova Venécia, por parte do município, é de R\$ 249.031,72. Além disso, a Associação receberá mais R\$ 70.075,00 do Governo do Estado, totalizando R\$ 319.106,72. Fundada em 1986, a APAE promove ações



de defesa de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária. Atualmente, a entidade atende 115 pessoas com deficiência e seus familiares, oferecendo fisioterapia, fonoaudiologia, atendimento psicológico, assistência social, atividades cotidianas, oficinas de arte, capoeira, dança, música, atendimento especializado e informático.

De acordo com o prefeito Barrigueira, a iniciativa

visa atender as famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal. "É preciso reconhecer o importantíssimo papel dessas grandes entidades em nosso município. Mais do que justo tratar essa questão com prioridade. Essa iniciativa faz realmente a diferença na qualidade de vida dessas pessoas. É um investimento significativo de responsabilidade que reafirma o nosso compromisso em poder contribuir com esse trabalho e dedicação das pessoas envolvidas", afirma o prefeito.

Os repasses às entidades beneficiárias são aplicados exclusivamente em despesas de custeio, manutenção de serviços prestados pela entidade dentro de seus objetivos afins, bem como as despesas ocorridas no exercício do ano.

Os recursos provenientes do município são por meio do Fundo Municipal de Assistência Social. A parte que é de responsabilidade do Estado é proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social.

Prodest desenvolve o novo Portal de Compras

O Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (Prodest) lançou o novo Portal de Compras, em parceria com a Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Seger).

Com um layout mais moderno, os internautas terão mais facilidade em localizar as informações. Outra modificação importante foi tornar o portal mais responsivo, o que facilita o acesso por dispositivos móveis (celulares, tablets, entre outros).

Há diversos serviços à dis-

posição do público-alvo, como: ** cadastro de fornecedores para participar de licitações; ** pesquisa de editais; ** emissão de certidões; ** consulta ao catálogo de materiais; ** informações sobre as atas de registro de preços e os processos licitatórios em andamento; ** e acesso à legislação sobre as compras governamentais.

O internauta poderá acessar o Fale Conosco para fazer elogios, críticas e sugestões, além de tirar dúvidas sobre licitações ou processos de compras

realizados pelo Poder Executivo. O portal também serve para os funcionários públicos e os fornecedores cadastrados acessarem o Sistema Integrado de Gestão Administrativa (Siga), onde são feitos os pregões eletrônicos promovidos pelo Governo do Estado.

Os servidores públicos e as empresas ainda podem baixar no portal um manual para utilizar o Siga. A medida é uma forma de facilitar o uso do sistema, em que há informações sobre patrimônio e almoxarifado.

Governo cumpre só 13,5% da meta do Minha Casa para os mais pobres

presidente Michel Temer descurtiu em 2017 a primeira meta do seu governo para o Minha Casa Minha Vida, programa de habitação popular que foi usado como uma das principais vitrines das gestões petistas. No ano passado, o governo se comprometeu a bancar a construção de apenas 23 mil moradias destinadas a famílias que ganham até R\$ 1,8 mil. Isso representa apenas 13,5% da meta de 170 mil, segundo dados obtidos com exclusividade pelo Estadão/Broadcast. O governo também descurtiu a meta geral do Minha Casa para todas as faixas de renda. Somando as quatro faixas do programa, a gestão Temer firmou contratos para financiar com juros mais baixos - e subsidiar, no caso, dos mais pobres - 442,2 mil unidades habitacionais no ano passado: 72,5% da meta de 610 mil. Em 2013, auge do programa, criado em 2009 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o governo se comprometeu em financiar 913 mil unidades. Nessa primeira fase, a União assina o contrato com a construtora responsável pela obra. Mas até as casas ficarem prontas e serem entregues aos beneficiados leva em torno de um ano e meio. Ministério das Cidades, responsável por gerir o programa, admite que não cumpriu a meta. No caso da faixa 1, voltada para os mais pobres, a pasta afirmou que "o baixo atendimento da meta" foi provocado por mudanças na forma como são selecionados os empreendedores e pe-

los sucessivos contingenciamentos no Orçamento da União anunciados pelo governo no ano passado. Nessa faixa, é o Tesouro que banca os custos da construção e assume o risco de calote.

"O não cumprimento da meta é um fato. Mas pretendemos criar um modelo de seleção de projetos que vise deixar dinâmico e célere o processo de contratação do faixa 1", diz o ministro das Cidades, o deputado licenciado Alexandre Baldy (GO), que está no cargo desde novembro do ano passado.

Portaria

No início do ano, o ministro revogou portaria de seu antecessor, Bruno Araújo (PSDB-PE), que autorizava o subsídio para mais 54 mil unidades da faixa 1 no ano passado. Com isso, ficaram apenas as 23 mil casas. Guilherme Boulos, membro da coordenação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), classifica como um "discalabro" o desempenho do governo Temer no programa e prometeu "inúmeras mobilizações" neste ano para reverter a paralisação do programa. "Visivelmente houve uma decisão do governo de desvalorizar a faixa 1, o que significa liquidar o Minha Casa como programa social."

Segundo ele, as moradias destinadas às famílias das chamadas faixas 2 e 3 (que ganham até R\$ 9 mil) não podem ser classificadas como programa social, mas como financiamento imobiliário. "A faixa 1 - liquidada pelo presidente Temer - atende a famílias

que ganham menos que três salários mínimos, correspondente a quase 80% do déficit habitacional brasileiro."

Para o vice-presidente de Habitação do Sindicato da Indústria da Construção Civil de São Paulo (Sinduscon-SP), Ronaldo Cury, a saída para o programa é investir mais na faixa batizada de 1,5 (destinada a famílias que ganham até R\$ 2,6 mil). Nessa modalidade, as famílias têm um desconto de até R\$ 45 mil na aquisição de um imóvel, de acordo com a localidade e a renda. Os juros do financiamento também são subsidiados, mas 90% do subsídio é dado pelo FGTS; só 10% são da União.

"O dinheiro público para a construção de uma casa da faixa 1 constrói até quatro casas na faixa 1,5", diz. No ano passado, o governo contratou 33.888 moradias da faixa 1,5, menos do que os 40 mil prometidas. Na faixa 1, o governo atua com 90% do valor da casa em subsídios.

"Se o Minha Casa dependesse só de dinheiro do Orçamento, o programa estava morto", sentença José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Construção (Cbic). Ele afirma que as despesas de custeio, como o pagamento de salários e da aposentadoria, consomem cada vez mais o Orçamento, o que prejudica a destinação de recursos para investimentos, rubrica onde está o Minha Casa Minha Vida. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

ClassiPavão

Vendo Duplex no Bairro Santo Antônio na Avenida do Contorno nº 37 - Referência: em frente ao campo de futebol do recanto e do novo CMEI Santo Antônio . Aceito Troca . Interessados (27) 999388552 e ou (27) 998022772.



Relojoaria Orient
Romildo Pestana

10

Amola-se Alicates e Tesouras

Fone: (27) 99922-5099

Praça Jones dos Santos Neves - Nova Venécia

Branca & Cia
Tudo para o seu dia a dia

Direção: Zenite